

# A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Alan Nascimento dos Sanos <sup>1</sup>

Grace Zaggia Utimura<sup>2</sup>

**Resumo:** Pode-se discutir que, muito se tem a pensar sobre a educação especial e inclusiva e compreender se há diferença, sendo necessário buscar por sua evolução histórica, que tem grande teor por parte dos professores e autarquias governamentais. Além disso, entender também a importância da formação continuada de professores, na perspectiva da Educação Matemática. Este estudo, cogita trazer a reflexão da importância da formação de professores para a educação especial e inclusiva. Trata-se de uma pesquisa documental, dissertação de Mestrado em estado inicial, envolvendo leituras de materiais e documentos disponibilizados a nível do Governo Federal e de estudiosos da área. Verificaremos se os resultados evidenciam a importância de se discutir à educação especial e inclusiva na formação de professores que atuam na Educação Básica, especificamente no Ensino Fundamental.

**Palavras-chave:** Educação Especial e Inclusiva; Formação de Professores. Educação Matemática.

**Abstract:** It can be argued that there is a lot to think about in terms of special and inclusive education and understanding whether there is a difference. It is necessary to look at its historical evolution, which has a great deal of content on the part of teachers and government authorities. It is also necessary to understand the importance of continuing teacher training from the perspective of mathematics education. This study aims to reflect on the importance of teacher training for special and inclusive education. This is documentary research, a Master's dissertation in its early stages, involving reading materials and documents made available by the Federal Government and by scholars in the field. We will check whether the results show the importance of discussing special and inclusive education in the training of teachers who work in Basic Education, specifically in Primary Education.

**Keywords:** Special Education; Teacher training; Mathematics Education.

<sup>1</sup>Mestrando em Ensino de Ciências: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), alanuniversidade1@gmail.com

<sup>2</sup>Doutora em Ensino de Ciências e Matemática: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), mnutimura@gmail.com

## Introdução

O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma dissertação em fase inicial, sob a orientação da segunda autora. A pesquisa está alocada na linha de pesquisa “Currículo, Avaliação e Formação de Professores no Ensino de Ciências e Matemática” e tem fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os autores são integrantes do Grupo de Pesquisa CCPPM “Conhecimentos, Crenças e Práticas de Professores que Ensinam Matemática”. Este grupo vem desenvolvendo ao longo dos últimos anos pesquisas que contemplam uma diversidade de temas, público e redes de ensino, e será um desafio trabalhar com a Educação Especial e Inclusiva.

Pensar na educação inclusiva e especial, atualmente, exige um olhar crítico, reflexivo e, sobretudo, respeitoso tanto ao tema, como também aos estudantes considerados público-alvo da Educação Especial e os agentes educadores envolvidos no processo de escolarização.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, cuja política trazia o processo de “integração instrucional”, cujo viés era condicionar o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que possuíam condições de acompanhar e desenvolver atividades curriculares programadas do ensino no “mesmo ritmo” que os alunos ditos “normais”.

Nesse sentido, nota-se uma evolução no que diz respeito a integração escolar, e não a inclusão própria dita, pois olhava para o estudante com deficiência como alguém que deveria andar no aprendizado no mesmo ritmo daqueles estudantes que não eram considerados deficientes. Esta visão reluz desrespeito às peculiaridades que o público-alvo da educação especial carecia.

No mesmo ano, surge a Declaração de Salamanca (1994), que passará a influenciar a formação das políticas públicas da educação inclusiva, parando portanto, de pensar que a educação deveria ser especial para o público que estava sendo integrado ao sistema. A partir desse olhar começa o movimento de acreditar que a educação inclusiva ocorreria

<sup>1</sup>Mestrando em Ensino de Ciências: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), alanuniversidade1@gmail.com

<sup>2</sup>Doutora em Ensino de Ciências e Matemática: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), mnutimura@gmail.com

em concomitância com a educação regular, que até então era pensada somente para o público privilegiado da época.

Ainda nessa linha, surge a atual lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, nº 9.394/96, no artigo 59, enfatiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes: currículo, métodos, recursos e organizações específicas para atender as suas necessidades; assegurando também, a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências. Desse modo, é notória a evolução que a educação passou para respeitar o ritmo daqueles estudantes que precisavam de um atendimento mais humanizado, atento e respeitoso em sua subjetividade.

Em 1999, surge o decreto nº 3.298, para regulamentar algumas leis e definir a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular, não olhando mais como substitutiva.

Segundo o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva - PNEE (2008), antes da democratização da Educação, esta era vista como um processo que delimitava a escolarização para um grupo específico, grupo este considerado privilegiados para ter acesso à escolarização. A partir do processo de democratização da educação, surge em evidência o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino passam a universalizar o acesso.

No entanto, a mesma política traz que mesmo após a universalização do ensino, os sistemas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola.

A educação especial a princípio, era pensada e organizada tradicionalmente apenas como atendimento educacional especializado, que substituíria o ensino comum, dessa forma evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, as famosas escolas especiais e classes especiais.

<sup>1</sup>Mestrando em Ensino de Ciências: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), alanuniversidade1@gmail.com

<sup>2</sup>Doutora em Ensino de Ciências e Matemática: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), mnutimura@gmail.com

Ainda nessa visão, essa organização era fundamentada na concepção de normalidade/anormalidade, ou seja, tinha-se a concepção de que alguns estudantes eram normais, enquanto outros não eram.

### **Pensando na formação de professores para atual com a Educação Especial e Inclusiva:**

Em 2001, é homologada a Resolução no Conselho Nacional de Educação (CNE), na Câmara da Educação Básica (CEB), que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que estabelecerá dois tipos de professores considerados aptos para estar e lidar com “alunos com necessidades educacionais especiais”, em seu artigo 18: os “capacitados” e os “especializados”, estes docentes têm atribuições diferentes, mas complementares. Caso o aluno fosse da sala regular, seria atendido por um professor “capacitado”, caso fosse atendido no atendimento educacional especializado, seria recebido por um professor “especializado”.

Desse modo, a resolução traz que os professores precisam ter formação específica para atender os alunos público-alvo da educação especial, e que as escolas precisam prever e prover na organização de suas classes professores de classes comuns, e também da educação especial, capacitados e especializados, respectivamente, para que os atendimentos às necessidades educacionais dos alunos fossem de fato atendidas.

Em 2007, foi criada a atual Sala de Recursos Multifuncionais por meio do decreto 6.094/2007, a SRM que tem por objetivo trabalhar melhor as habilidades dos estudantes que necessitam de atendimento educacional especializado devido seu diagnóstico; atendimento este, oferecido por um professor especializado na área, que trabalha em parceria com o professor da sala regular. Ratificando, esta sala de recursos vem para complementar o ensino regular e não substituí-lo.

A partir desses dados históricos sobre a educação especial e inclusiva, este artigo traz um alerta para a necessidade do conhecimento em prol de uma sólida formação de professores, pois somente assim poderiam atender melhor a demanda das necessidades específicas dos públicos atendidos.

<sup>1</sup>Mestrando em Ensino de Ciências: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), alanuniversidade1@gmail.com

<sup>2</sup>Doutora em Ensino de Ciências e Matemática: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), mnutimura@gmail.com

Nessa linha, a autora Mantoan escreveu sobre a importância de se pensar no universo do conhecimento das diferentes áreas:

“A perspectiva de se formar uma nova geração em um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas.” (MANTOAN, 2003).

A formação inicial e continuada de professores, foi discutida também por Geller em seu artigo intitulado - “Educação Inclusiva X Especial: mapeamento de pesquisas na área de Ciências e Matemática da Educação Básica” que traz:

“No que concerne às práticas de inclusão em sala de aula, destacam-se dificuldades em relação à formação docente, tanto ao nível de formação inicial, quanto de formação continuada. Entendemos que receber o aluno com deficiência na escola não significa necessariamente Inclusão. Com essa premissa, inferimos que questões referentes à Educação Inclusiva vêm conquistando espaço nas discussões educacionais sobre ensino de Ciências e de Matemática, no cenário brasileiro, contudo ainda há carência de pesquisas para contribuir de fato com o processo de inclusão de alunos com deficiência. (GELLER, 2017)

A referida autora destaca em seu artigo a importância de haver uma formação inicial e continuada que pense na inclusão de todos que estão inseridos em sala de aula, pensando ainda em sua concentração na área do ensino de Ciências e Matemática.

### **Algumas ponderações**

No decorrer do artigo foi possível destringir alguns pontos de estagnação e evolução no aspecto da educação especial e inclusiva no âmbito da educação básica por uma educação de qualidade e respeitosa vem de muitas décadas por parte dos profissionais da educação e sociedade.

Surgiu também o destaque para as mudanças governamentais que começaram a pensar melhor em políticas públicas voltadas para o público-alvo da educação especial, entendendo que era necessário um investimento maior nos profissionais que exerciam a tarefa, investimento este que deveria ser principalmente aplicado na formação inicial e continuada nos níveis superior de ensino, por ser por meio deste que a educação básica

<sup>1</sup>Mestrando em Ensino de Ciências: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), alanuniversidade1@gmail.com

<sup>2</sup>Doutora em Ensino de Ciências e Matemática: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), mnutimura@gmail.com

seria atingida positivamente, pontos estes que serão tratados e ampliados na pesquisa, que contribuirão teoricamente para as futuras análises diante do foco que será estabelecido nos próximos passos

## Referências

BRASIL. PNEE: Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Portal MEC**. Brasília, MEC/SEMESP. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. Resolução nº2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília: DF. Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB201.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. PNEE: Política Nacional de Educação Especial. **Portal MEC**. Brasília, MEC/SMESP.1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica-> Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. DS: Declaração de Salamanca. **PORTAL MEC**. Brasília, MEC/SMESP.1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> - Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. PNIPPD: Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **PORTAL GOV**. Brasília, MEC/SMESP. 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm) . Acesso em: 23 mar. 2024

BRASIL. PMCTE: Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. 2007.

MANTOAN, M.T.E, Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer?, p. 8, 2003.

<sup>1</sup>Mestrando em Ensino de Ciências: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), alanuniversidade1@gmail.com

<sup>2</sup>Doutora em Ensino de Ciências e Matemática: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), mnutimura@gmail.com